



## **PATRIMÔNIO URBANO, PAISAGENS CULTURAIS E MEIO AMBIENTE**

### **ENTRE PROGRESSISTAS E CULTURALISTAS: DIÁLOGOS DE GUSTAVO GIOVANNONI SOB O OLHAR DE FRANÇOISE CHOAY.**

**FREITAS, FERNANDA SILVA(1); CARSLADE, FLAVIO DE LEMOS (2)**

1. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.  
R. Paraíba, 697 - Savassi, Belo Horizonte - MG  
[fernandafreitas@outlook.com](mailto:fernandafreitas@outlook.com)
2. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
R. Paraíba, 697 - Savassi, Belo Horizonte - MG  
[flavio.carsalade@terra.com.br](mailto:flavio.carsalade@terra.com.br)

## **RESUMO**

Os estudos acerca do patrimônio urbano foram realizados a partir do século XIX, quando também iniciaram os debates sobre a preservação de bens edificados. Neste cenário se insere o italiano Gustavo Giovannoni (1873 - 1947), um importante personagem que contribuiu na determinação de metodologias para intervenções em áreas de interesse histórico, e também na produção teórica urbana geral, promovendo diálogos entre o novo e o antigo. Suas contribuições foram recuperadas depois de um longo período de silêncio acadêmico, especialmente por Françoise Choay. Dito isso, torna-se objetivo deste trabalho investigar e traçar relações mais palpáveis entre a teoria de conservação e planejamento urbano proposta por Giovannoni e Françoise Choay, relacionando-os, posteriormente com a trajetória da preservação do patrimônio urbano no Brasil, explorando ideias como “cidade-patrimônio” e “cidade-documento” (MOTTA, 2000; SANT’ANNA, 2017). Para entender a genealogia do pensamento sobre o patrimônio urbano e também integrá-lo a teorias desenvolvidas posteriormente serão utilizadas as análises de Françoise Choay (2001; 1979). Em suas obras, a autora explora temas que tangenciam o conteúdo produzido por Giovannoni. Apresenta-se uma breve biografia de Giovannoni através da qual será possível visualizar as colaborações realizadas em diversas áreas do conhecimento, muito devido à sua formação multidisciplinar. Posteriormente, será introduzido um pequeno panorama das teorias urbanas compiladas por Choay (1979) que se dividem em dois grandes grupos: os progressistas e os culturalistas. As obras de Choay foram escolhidas

como lentes para a visualização dos trabalhos de Giovannoni uma vez que a autora é uma das poucas que aborda os conceitos de Giovannoni, de forma positiva e até mesmo visionária quando inserida no contexto contemporâneo das cidades com grandes áreas de interesse cultural, onde coexistem as cidades nova e antiga. Por fim, vislumbra-se uma compreensão geral das relações entre Giovannoni e as duas correntes urbanísticas evidenciadas por Choay, auxiliando na inserção do restaurador italiano na cronologia de estudos urbanos e seus possíveis diálogos com a trajetória das ações de preservação do patrimônio urbano no Brasil no século XX.

**Palavras-chave:** patrimônio urbano; Giovannoni; Choay.

## 1. Introdução

Os estudos acerca do patrimônio urbano foram realizados a partir do século XIX, quando também iniciaram os debates sobre a preservação de bens edificados. Neste cenário se insere o italiano Gustavo Giovannoni (1873 - 1947), um importante personagem que, mesmo pouco explorado, prestou grandes contribuições para o patrimônio urbano e metodologias para intervenções em áreas de interesse histórico, contribuindo também para a produção teórica urbana geral. Suas contribuições foram recentemente recuperadas depois de um longo período de silêncio acadêmico. O objetivo deste trabalho é traçar relações mais palpáveis entre a teoria de conservação e planejamento urbano proposta por Giovannoni e Françoise Choay relacionando-os com a trajetória da preservação do patrimônio urbano no Brasil, explorando ideias como “cidade-patrimônio” e “cidade-documento” (MOTTA, 2000; SANT’ANNA, 2017). Estes são autores de períodos diferentes e com formações distintas, o que reforça a importante inserção do profissional multidisciplinar na historiografia do pensamento urbano.

O presente texto pretende apresentar uma breve biografia de Gustavo Giovannoni entendendo sua formação, suas experiências profissionais e principais conceitos e teorias desenvolvidas. Posteriormente, será introduzido um pequeno panorama das teorias urbanas compiladas por Choay (1979), no qual serão abordadas as diferentes correntes urbanistas pré e pós-industriais que, para autora, se dividem em dois grandes grupos: os progressistas e os culturalistas. As obras de Choay foram eleitas como lentes para a visualização dos trabalhos de Giovannoni uma vez que a autora é uma das poucas que aborda os conceitos de Giovannoni, de forma positiva e até mesmo visionária quando inserida no contexto contemporâneo das cidades com grandes áreas de interesse cultural, onde coexistem as cidades nova e antiga.

Por fim, pretende-se relacionar os conceitos abordados por pesquisadores e urbanistas progressistas com a produção de Giovannoni e com o contexto brasileiro. Dessa forma, vislumbra-se uma compreensão geral das relações entre Giovannoni e as duas correntes urbanísticas evidenciadas por Choay, auxiliando na inserção do restaurador italiano na cronologia de estudos urbanos e seus possíveis diálogos com a trajetória das ações de preservação do patrimônio urbano no Brasil no século XX. Ainda vale ressaltar que a leitura dos textos e dos conceitos de Gustavo Giovannoni se deu através das traduções e análises

de Kühl (2013), o que pode ocasionar em interpretações diferentes de suas obras originais, seja por abraçar a análise da autora, ou por incompatibilidades da própria tradução.

## **2. Gustavo Giovannoni**

Gustavo Giovannoni nasceu na Itália em 1873 e faleceu em 1947. Profissional multidisciplinar e com diversas produções acadêmicas e científicas, seu trabalho apresenta influências românticas e até nostálgicas, fazendo constantes referências à sua terra de predileção, Roma. Giovannoni se formou em Engenharia Civil em 1895, e posteriormente entre 1897 e 1899 fez especialização em História da Arte orientado por Adolfo Venturi. Na virada do século iniciou a carreira acadêmica como assistente na atual Faculdade de Engenharia da Universidade de Roma. Giovannoni também teve experiências acadêmicas e profissionais com projetos na área de saneamento público, completando, portanto, sua "tripla formação" (KÜHL, 2013).

Tal formação multidisciplinar possibilitou que o engenheiro caminhasse por diversas áreas do conhecimento, inclusive na educação formadora do arquiteto, à qual também prestou importantes contribuições, entre elas a primeira Escola Superior de Arquitetura de Roma, em 1920. Era objetivo de Giovannoni estabelecer um ensino de Arquitetura que permitisse a formação de "arquitetos integrais", ou seja, que dominassem questões técnicas, teóricas, científicas e artísticas nas áreas que envolvessem não apenas a arquitetura, mas as questões urbanas e de restauração. Mesmo com esse desejo de formação plural, era vontade de Giovannoni desvincular a arquitetura das escolas de Engenharia, entendendo a Arquitetura como uma área autônoma. A vontade de reformular o ensino de arquitetura na Itália surgiu de uma observação da atuação dos arquitetos na cidade; para Giovannoni as lacunas na formação acadêmica levavam os arquitetos a cometer "desventramentos" de centros antigos que prejudicavam a manutenção do ambiente urbano da região (KÜHL, 2013).

Na atuação longe da academia Giovannoni se destacou pelo envolvimento com o atual Centro de Estudos para História da Arquitetura e com o Conselho Superior das Antiguidades e Belas-Artes. Ele também atuou como consultor e projetou edifícios novos, como a fábrica de cerveja Peroni, em Roma e a reestruturação do Bairro do Renascimento na mesma cidade, no início do século XX. Este último exerceu forte influência em seus escritos a partir

de 1913. Para a atuação profissional, bem como em sua produção científica, era base do pensamento a articulação entre a intervenção pontual e a visão completiva da cidade como organismo (KÜHL, 2013).

Em seus escritos, Giovannoni sempre foi influenciado por autores externos à realidade italiana, que, devido à reunificação tardia, enfrentava algumas barreiras para se situar dentro dos debates internacionais de produção arquitetônica, urbanística e artística. Com isso, nomes como Sitte, Buls e Stübben formaram algumas das referências de Giovannoni. No contexto italiano de preservação patrimonial, Giovannoni deu continuidade aos ensinamentos de Camillo Boito, também defendendo premissas como a mínima intervenção, distinguibilidade e extenso estudo do bem cultural. (KÜHL, 2013)

A principal obra de Giovannoni, "Velha Cidade e Nova Construção Urbana", foi escrita em 1913 já sob o reflexo das práticas projetuais e acadêmicas. Em 1931 o texto se expandiu em um livro lançado no mesmo ano. Neste livro é proposta uma metodologia para intervenções em áreas de interesse histórico e cultural. (KÜHL, 2013). Com o lançamento de seu livro, em 1931, Giovannoni passou a ser convidado para prestar consultorias e redigir planos diretores nas cidades italianas. Desse momento até o início da ditadura fascista de Mussolini, Giovannoni se envolve com publicação de revistas e redação de outras leis de proteção patrimonial (KÜHL, 2013).

A relação de Giovannoni com o regime fascista conforma uma das razões para seu "esquecimento" a partir da década de 1950, visto que a ditadura fascista se estende até 1943, quatro anos antes de seu falecimento. Durante o regime fascista, Giovannoni continuou atuando em algumas instâncias públicas, seja redigindo leis e plano diretores ou autorizando ações e intervenções urbanas. Algumas iam contra às suas premissas teóricas, resultando em produções ambíguas, que por sua vez acabaram não sendo totalmente absorvidas por teóricos contemporâneos ou posteriores a ele. Outro motivo para o silenciamento de suas contribuições se deu pelas declarações negativas sobre a arquitetura modernista, a qual criticava. O período pós-guerras, marcado por grandes destruições e reconstruções também foi um fator que influenciou a não-utilização dos trabalhos de Giovannoni. Diante a esse cenário de destruição das pré-existências, o discurso modernista e a inserção do "novo" era predominante; seja no sentido de construir edificações que nunca existiram, ou mesmo reconstruir edificações já destruídas (KÜHL, 2013).

Já no contexto fascista italiano, em 1931, Giovannoni representou a Itália na Conferência em Atenas que deu origem à Carta de Atenas, para a qual o envolvimento de Giovannoni foi de extrema importância. No mesmo ano, o livro "Velha Cidade e Nova Construção Urbana" foi lançado em um período em que se apresentava como única referência bibliográfica sobre o tema. No ano seguinte, redigiu a Carta Italiana de Restauro, e em 1945 lançou um volume síntese chamado "O restauro dos Monumentos" (KÜHL, 2013).

Depois de seu falecimento, inicia-se a fase de silêncio, que se estende até 1960, quando Giovannoni volta a aparecer na História da Arquitetura do século XX. Parte desse silêncio é reforçado pela pouca divulgação de volumes de seu livro "Velha Cidade e Nova Construção Urbana" no período pós-guerra. Além disso, seu principal trabalho, realizado no Bairro do Renascimento acabou tendo um resultado ambíguo devido à não adesão de todos os projetos. Mesmo assim, a comunidade acadêmica, uma vez rompido o silêncio, começa a se manifestar em favor das suas inúmeras qualidades e contribuições, sendo uma das principais figuras desse movimento, Françoise Choay. Com isso, as principais heranças de Giovannoni se constituem na integração das áreas de História da Arquitetura, Restauro e Urbanismo (KÜHL, 2013).

#### **a. Entre a cidade velha e as novas construções**

Nos seus estudos sobre restauração, Giovannoni partia de um restauro filológico, dentro dos limites no contexto do início do século XX, fortemente influenciado pelas ideias nesse tipo de intervenção propostas por Camillo Boito, dentro dos critérios de respeito aos diferentes tempos da obra e promoção da distinguibilidade da intervenção. Giovannoni associava uma teoria estética peculiar e questões voltadas para o ambiente urbano e sua percepção na metodologia que desenvolveu na década de 1930. Nessa metodologia o edifício não era visualizado de forma isolada do seu contexto, o que levou a Giovannoni a entender e estudar o contexto urbano considerando não apenas os edifícios de interesse histórico, mas também seu entorno, sua inserção urbana e sua articulação com os demais edifícios da cidade (KÜHL, 2013).

No que diz respeito às relações entre cidade velha e cidade nova, um dos principais questionamentos de Giovannoni seria como integrá-las sem estabelecer uma hierarquia prejudicial ao meio urbano. Para isso, ele advogava a favor do desadensamento da cidade

velha e o surgimento da cidade nova nas periferias. A relação entre as duas escalas de tempo não deveria ser pautada na sobreposição das duas, mas na coexistência entre vida e história. Essa condição aconteceria pela modernização dos meios de comunicação, uma das áreas trabalhadas conceitualmente por Giovannoni. O engenheiro e urbanista não acreditava na coexistência em proximidade dos dois tempos da cidade, visto que "ao lado dos grandes edifícios modernos, essas construções que têm apenas valor de recordação e de composição do ambiente perderão toda proporção, todo caráter, todo significado [...]" (GIOVANNONI apud KÜHL, 2013, p.167).

Os meios de transporte, os automóveis e bondes deveriam ser usados para encurtar distâncias e integrar as áreas centrais, mais antigas e as áreas novas, mais distantes. Ao mesmo tempo que essa estratégia une os dois momentos da cidade, ela também tem o potencial de manter uma preservação do ambiente urbano antigo, valorizado por Giovannoni (KÜHL, 2013).

Um novo elemento já começa a ter importância essencial nas cidades, causando uma revolução nos sistemas edilícios: o elemento cinemático. Os rápidos meios de comunicação modernos, ferrovias, bondes, automóveis, já permitem, à vida citadina, estender-se bem longe das velhas muralhas; permitem, à nova construção descentralizar-se em espaços vastíssimos e desenvolve-se em superfícies mais do que em altura. (GIOVANNONI apud KÜHL, 2013, p. 106)

Para as áreas antigas o desbastamento era proposto em pequena escala, tratadas como "microcirurgias" (KÜHL, 2013, p. 71) . Essas ações deveriam ter como objetivo, dentre outras coisas, melhorias sanitárias, necessárias devido ao adensamento dos centros antigos. Giovannoni era contrário ao que chamava de "desventramentos", ou seja, grandes demolições pouco justificáveis socialmente e que apresentavam um impacto negativo na história da cidade. Esse tipo de intervenção poderia ser justificado economicamente e em função do que o autor chamou, de maneira até mesmo visionária, de "especulação privada", mas não possuía ainda justificativas suficientes para o apagamento de partes da história e do ambiente urbano das cidades velhas. Agindo desta forma, Giovannoni acreditava que a ideia de organismo, presente nos centros antigos seria preservada, entendendo seus potenciais novos usos, museais ou não (KÜHL, 2013).

Além da preocupação com a higiene, comum aos urbanistas progressistas, as ideias de Giovannoni se aproximavam de um viés conservador quando, além de promover mudanças de infraestrutura e conforto, os centros antigos deveriam ser preservados devido a suas características belas, pois estas são fontes de educação moral e estética para a população que precisaria mais do que apenas habitações e comércios. Nesse quadro também se inseria a necessidade de pensar novos usos para as edificações antigas, que para Giovannoni não deviam se bastar nos usos museais, mas se ampliar, de maneira cautelosa, para receber os novos usos da sociedade pós-industrial. Esses ideais que marcaram sua atuação também colaboraram, posteriormente, para o seu ostracismo (KÜHL, 2013).

Para as novas áreas, por mais que elas devessem permanecer distinguíveis, Giovannoni criticava os traçados retilíneos em forma de "tabuleiro de xadrez", já disseminados nos Estados Unidos. Para ele, tal configuração apresentava uma ausência artística e, conseqüentemente, era prejudicial às melhorias nas condições de ar, luz e perspectivas, que consistiam nos principais objetivos de melhorias para as grandes cidades. Com isso, as ruas curvas da cidade antiga deveriam servir de espelho para as novas áreas, de forma a aproveitar as vantagens que a mesma tem a oferecer para entrada de ar e luz nas construções e que conseqüentemente melhorariam as questões higiênicas da cidade, que também era uma de suas preocupações. Para alcançar tal resultado os extensos estudos propostos por Giovannoni, diferente daqueles realizados de forma bidimensional e aérea, deveriam incorporar a perspectiva e o estudo a partir do nível da rua, a fim de captar a essência das ambiências urbanas, as melhores visadas, surpresas e peculiaridades dos caminhos daqueles que percorrem a cidade velha (KÜHL, 2013).

Na escala do edifício, por mais que Giovannoni favorecesse a distinguibilidade, ele não acreditava que a arquitetura contemporânea do momento, a modernista, seria capaz de suprir essa demanda. Devido a essas críticas à arquitetura modernista, seu trabalho deixou de ser considerado em alguns momentos da História. Também fazia parte das premissas da intervenção um extenso estudo, seja do edifício ou do meio urbano para que as ações fossem realizadas de forma mais assertiva, evitando prejuízos ao bem ou ao núcleo antigo. Mesmo que suas raízes se originem do restauro filológico de Camillo Boito, nessa característica, atuação de Giovannoni se aproxima do assim chamado "restauro científico", muito focado na documentação e na metodologia. Esse tipo de posicionamento também caracteriza um trabalho que bebia de muitas fontes e de certa forma entregava um produto que equilibrava e integrava diferentes contribuições teóricas do período. (KÜHL, 2013)

### 3. Patrimônio Urbano

O contexto urbano europeu durante os estudos de Giovannoni era envolvido por grandes transformações urbanas devido ao período pós-industrial e de virada do século XIX para o século XX. Nesse sentido grandes avenidas foram abertas, levando a baixo as ruas estreitas e as antigas casas das cidades europeias.

Para Choay (2001) a ideia de patrimônio urbano nasceu da nostalgia dos parisienses ao ver a atuação dos urbanistas como Hausmann que promoveram a abertura de grandes avenidas, apagando parte do encanto da cidade antiga. Simultaneamente na Inglaterra a figura de John Ruskin ganhou força com o discurso romântico e conservador para a proteção e salvaguarda dos edifícios e do meio urbano. Além disso, é interessante entender que os estudos sobre o patrimônio urbano surgem posteriormente aos estudos dos monumentos históricos, já na segunda metade do século XX, no período pós-guerra, visto que a cidade se transforma em objeto de estudo a partir das transformações consequentes da industrialização, da alteração de escalas urbanas e da inserção de novos meios de comunicação.

Choay (2001) divide a construção do pensamento acerca do patrimônio urbano em três principais eixos: o memorial, o histórico e o historial. O eixo memorial é representado por John Ruskin e sua ideia de inserção da cidade em uma perspectiva histórica. Nesse contexto o poeta inglês achava inadmissível sucumbir as cidades pré-industriais às transformações tão drásticas da industrialização. Sem grande desenvolvimento argumentativo para além do extremo conservadorismo, os ideais de Ruskin não encontraram muita difusão nos estudos de patrimônio urbano.

O eixo histórico é marcado pelo historiador Camillo Sitte, que não visualiza relação de grande proximidade e dependência entre a cidade pré-industrial e a cidade pós-industrial, onde a primeira se limita ao passado e a segunda se insere em um contexto de positividade. Sitte acreditava no trabalhar sobre o devir da sociedade industrial, entendendo seu passado, mas vislumbrando o que há pela frente. A beleza, para Sitte, é vislumbrada apenas em cidades pré-industriais, barrocas e antigas, entendendo que a cidade pós-industrial nunca conseguiu produzir essa experiência aos seus habitantes (CHOAY, 2001).

O terceiro eixo, historial, é representado por Giovannoni, que a partir dessa nova inserção teórica, volta a fazer parte da historiografia do patrimônio e do Urbanismo. Com as contribuições de Giovannoni, Choay (2001) entende que o Urbanismo passa de ser uma ciência que analisa apenas o espaço, para aquela que também considera questões territoriais. Principalmente através da valorização dos meios de comunicação, os estudos de Giovannoni se somam às contribuições de Sitte e outros pesquisadores da linha culturalista, caminhando longe da anti-urbanização e das saídas extremistas de Le Corbusier. Choay (2001) afirma que, durante o século XX, Giovannoni foi um dos poucos teóricos que trabalhou o Urbanismo a partir da estética e da sua relação com o indivíduo, distinguindo-o de outros estudiosos do mesmo período. Além disso, já vislumbrando o seu caráter intermediário nos estudos de patrimônio urbano, Giovannoni reúne abordagens patrimoniais de Boito e Alois Riegl, entendendo o patrimônio como um "campo de forças opostas" (CHOAY, 2001, p. 203) e valoriza socialmente e de forma contemporânea os desenhos urbanos antigos tão queridos à Ruskin.

#### **4. Giovannoni por Françoise Choay**

Françoise Choay é uma historiadora francesa que auxiliou na divulgação e tradução dos escritos de Giovannoni já na segunda metade do século XX. Em "A Alegoria do Patrimônio", obra publicada originalmente em 1992, Choay (2001) insere Giovannoni como uma figura central no que ela denomina de "invenção do patrimônio urbano". Antes dessa publicação, uma de suas obras mais notáveis, "O Urbanismo", originalmente de 1965, traz um panorama sobre os pré-urbanistas e urbanistas pós-industriais dividindo-os majoritariamente em progressistas e culturalistas. É interessante ressaltar que nessa obra o nome do Giovannoni é ausente e poucos referenciais italianos são utilizados (CHOAY, 1979). O nome de Camillo Sitte, que foi uma das inspirações de Giovannoni é citado no livro como um dos urbanistas culturalistas. Ainda assim, não era intenção da autora subordinar uma classificação de urbanistas a outra, mas sim situá-los a partir da forma como se posicionavam em relação à cidade as grandes transformações urbanas.

As obras de Giovannoni só reaparecem a partir da década de 1960, através das pesquisas de Choay, porém sua ausência no "O Urbanismo" é notável. A autora só se debruça mais intensamente sobre o autor em 1992, em "A Alegoria do Patrimônio". Nesta obra, Choay deixa claro sua compreensão e valorização verdadeira das contribuições do autor para o patrimônio urbano e para o Urbanismo de maneira geral. Para a historiadora, a contribuição

de Giovannoni é de vanguarda e antecipa situações que foram vividas a partir da década de 1960 na Europa.

Somando as duas obras é possível entender Giovannoni como uma figura intermediária, que, por mais que tenha fixado suas bases em um Urbanismo culturalista, flerta com alguns princípios progressistas, seja pela construção do seu pensamento, seu contexto histórico pós-industrial ou mesmo pelas escolhas políticas feitas durante a ditadura fascista. Para entender a quase polaridade entre o Urbanismo progressista e culturalista, e ao ponto em que Giovannoni se encontra nessa divisão, algumas premissas são importantes. Giovannoni se insere em um contexto da cidade pós-industrial, mesmo que o movimento tenha alcançado Roma anos depois de seu início em outras partes do continente. Nesse cenário Giovannoni conseguia se alimentar de diferentes fontes teóricas já desenvolvidas e amadurecidas em outros países da Europa. Isso justificaria, em partes, sua ligação também, com os princípios progressistas.

O pré-Urbanismo corresponde ao período anterior ao reconhecimento do Urbanismo como ciência. Nesse contexto se dá a descomplexificação dos meios de comunicação, da abertura de novas vias de circulação e conseqüentemente inserção de novos usos e tipologias como grandes lojas, hotéis e cafés. Nesse contexto também, se situa a classe operária, que é deslocada para os subúrbios juntamente com o crescimento industrial e conseqüente adensamento e crescimento populacional, os quais geram preocupações quanto à higiene urbana. Tendo isso em vista, inicia-se um processo de estudos urbanos a partir da reflexão e da observação. Um deles tem um viés mais descritivo e outro mais romântico, que vão desencadear nas categorias citadas anteriormente (CHOAY, 1979). Esses estudos são anteriores à atuação de Giovannoni, que na virada para o século XX começa a se alimentar desses estudos urbanos.

No modelo progressista, o homem é visto como um tipo e é definido a partir de "necessidades-tipo", prévia e cientificamente definidas. De forma racionalista e com pretensões universais, esse modelo prevê uma solução padrão para diferentes situações. Dessa maneira, a cidade deveria ser pensada a partir dessas "necessidades-tipo", através de diferentes e restritos setores. Nesse modelo o conceito de modernidade é reforçado e a noção de ordem e beleza andam lado a lado, assim como a de higienização urbana (CHOAY, 1979).

O modelo culturalista, por sua vez, é enraizado no romantismo de John Ruskin e William Morris. Por esse viés, entende-se o indivíduo como unidade e não como grupo homogêneo. Esse modelo surge a partir do não alinhamento de seus representantes com as drásticas mudanças trazidas pela industrialização. Embebido na nostalgia, o modelo culturalista acredita no retorno a um passado anterior à industrialização. Em oposição à fragmentação do conjunto progressista, o modelo propõe contrastes suaves com a natureza, que deve ser conservada a seu máximo e fazem reverência à assimetria e à irregularidade do traçado das ruas, valorizando o caráter orgânico das cidades (CHOAY, 1979).

#### **a. Giovannoni e o urbanismo progressista**

O urbanismo progressista possui alguns marcos que se relacionam com a trajetória de Giovannoni. Um deles se dá através dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), que, em 1933, produziu a Carta de Atenas. Vale a pena recuperar o dado de que Giovannoni foi o representante italiano no evento, no qual foi elaborada essa carta patrimonial, sendo seu papel na autoria destacado por Kühn (2013). Por mais que Giovannoni fosse crítico da arquitetura moderna, nesse momento a produção dos dois opostos se encontraram.

Na Carta de Atenas as "necessidades-tipo" são estabelecidas como habitar, trabalhar, locomover-se, cultivar o corpo e o espírito. Essas necessidades determinaram os planos urbanísticos progressistas que separavam as diferentes funções nas cidades. Sobre a divisão em diferentes funções, Giovannoni também propõe algumas setorizações, porém de forma mais ampla e generalista. Sua preocupação maior é com a preservação do núcleo antigo, que segundo ele, deveria abrigar apenas pequenas residências e comércio, além de preservar os grandes edifícios de referência para a cidade. Para além disso, existiriam zonas mais periféricas que receberiam as novas residências, os novos usos, as indústrias e outras atividades urbanas (CHOAY, 1979; KÜHL, 2013). Na ideia de ampla setorização do espaço urbano é possível dizer que Giovannoni e os urbanistas progressistas compartilhavam de algumas semelhanças.

Com relação à expansão para as periferias e o desadensamento do centro, Giovannoni se apoiava na utilização dos meios de comunicação e transporte que integravam e encurtavam distâncias (KÜHL, 2013). Da mesma forma, os urbanistas progressistas também utilizavam

dessa ideia, mas para preconizar a abolição da rua tradicional em prol da criação de largas avenidas. Além disso, a eficiência de tal estratégia era reforçada pela necessidade de se pensar em saúde e higiene para as cidades (CHOAY, 1979).

Dentro do pensamento de Giovannoni o desbastamento é entendido como sendo a necessidade de remoção de edificações estritamente necessárias. O seu distanciamento do viés progressista acontece nesse ponto, pois tal movimento apoiava o “desventramento”, o qual consistia nas remoções e remodelagens urbanas em grande escala. Porém, na execução dos projetos de Giovannoni, como o Bairro do Renascimento se viu o contrário. Neste caso a questão não se deu por uma aproximação ao urbanismo progressista, mas sim pela alteração ou não adesão de todos os projetos, ou mesmo pela influência do cenário político italiano.

A intervenção 'microcirúrgica' do 'desbastamento' consistia na adaptação e no saneamento, sem prejuízo para o patrimônio urbano, por meio da abertura de espaços, da supressão de obstáculos visuais e da realização de demolições controladas dos aportes construtivos considerados superficiais, tanto na parte interna quanto na área externa das edificações, com o intuito de abrir novos visuais e facilitar a iluminação e a ventilação. Tal solução conciliaria três fatores essenciais: a desobstrução da circulação local, a conservação do aspecto artístico e o atendimento das necessidades higiênicas.(KÜHL, 2013, p.73)

Também é curiosa a relação entre a cidade e a estética pelo olhar progressista. Entendida como espetáculo, a estética da cidade era uma das premissas progressistas, visto que seus representantes eram considerados grandes artistas. Porém, a estética para eles não remetia a qualquer sentimento ou ligação ao passado; tinha-se a intenção, com isso, alterar o comportamento social pré-existente (CHOAY, 1979). De forma completamente diferente, Giovannoni aborda a estética a partir do seu elemento sentimental, da ideia pitoresca, mais próxima ao modelo culturalista.

## **b. Giovannoni e o urbanismo culturalista**

No Urbanismo culturalista se encontra um dos nomes que mais influenciaram a produção de Gustavo Giovannoni: Camillo Sitte. Diferente do urbanismo progressista, as raízes do modelo culturalista remetem ao final do século XIX, quando a Alemanha, observando os desencadeamentos da industrialização inglesa, percebe que existe a necessidade de se pensar em cidades que melhor acomodem as novas funções inseridas nesse período. A ideia culturalista defendia uma aglomeração urbana, antes da divisão entre partes, bem como a noção de cultura superior à materialidade da cidade (CHOAY, 1979). O discurso de Giovannoni era pautado na estética e na manutenção das ambiências urbanas e possui similaridades com as ideias de Camillo Sitte, porém, quando inserido no contexto político ditatorial italiano, tais premissas foram se perdendo na execução dos projetos.

Com critério estético afluído, Sitte defendia a singularidade dos espaços urbanos, assim como Giovannoni olhava para as ruas estreitas, curvas e orgânicas do núcleo antigo das cidades. Compreendendo a cidade como um organismo, o italiano se assemelha ao pensamento romântico e nostálgico do urbanista austríaco. Nesse contexto, ambos entendiam a importância de analisar extensivamente as cidades em sua forma antiga para melhor entendê-las e prepará-las adequadamente para os novos usos. Por outro lado, ainda nessa análise urbana, os dois se diferenciam uma vez que Sitte é considerado um dos pioneiros nos estudos sobre morfologia urbana, enquanto Giovannoni se volta para o olhar do observador, propondo estudos não apenas a partir da representação aérea das cidades, mas principalmente das perspectivas no nível do observador (KÜHL, 2013).

Para mais, tanto Sitte quanto Giovannoni defendiam que é na organicidade das ruas das cidades antigas que é possível melhorar questões de higiene, e onde "a violência do vento é menos sensível. Ele somente sopra com força sobre os tetos, ao passo que, nos bairros modernos, ele se engolfa pelas ruas retas de modo bem desagradável, até mesmo prejudicial à saúde" (CHOAY, 1979, p.217).

Com isso, percebe-se que é no contexto histórico e político da atuação de Giovannoni que se dá a conciliação do seu lado progressista e seu lado culturalista. Em suas premissas e textos, o lado culturalista - e conseqüentemente romântico - é afluído, porém, na prática projetual, devido às limitações políticas e econômicas, alguns ideais começam a ser

reinterpretados e acabam se aproximando do urbanismo progressista, resultando em projetos vistos hoje como ambíguos.

## **5. Giovannoni e a trajetória do patrimônio urbano no Brasil**

Como visto até aqui, as contribuições de Giovannoni nos estudos sobre o patrimônio urbano nem sempre são evidentes em processos de gestão e projeto na área de patrimônio urbano e na maioria das vezes se encontra diluída em outras discussões e ações de preservação. Um desses momentos pode ser estabelecido a partir do diálogo entre as premissas defendidas pelo italiano e a trajetória das ações patrimoniais no Brasil, divididas em três momentos por Sant’anna (2017).

Sant’anna (2017) e Motta (2000) dividem a trajetória das ações de preservação no Brasil em três principais momentos que desencadeiam em dois conceitos: “cidade-patrimônio” e “cidade-documento”. Para entendê-los é necessário situar a inserção do debate sobre os monumentos históricos no Brasil. No início do século XX o Brasil começava a participar do debate sobre patrimônio urbano, em especial devido às grandes reformas urbanas em estados como Minas Gerais e Rio de Janeiro. Parte dessas reformas urbanas se deu em função da industrialização e das infraestruturas necessárias para suportar tal sistema. Ainda assim esse sistema não foi desenvolvido de forma relacionada às pré-existências ou aos centros antigos, acarretando em transformações mais profundas como o “modelo haussmaniano” empregado no Rio de Janeiro.

Enquanto em 1931 Giovannoni ajudava na redação da Carta de Atenas representando a Itália, no Brasil, seis anos depois, em 1937, institucionalizava-se o patrimônio brasileiro através da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Logo após sua criação seis cidades mineiras foram declaradas patrimônio nacional. A partir daí até o final dos anos 1960 dá-se o primeiro momento da trajetória do patrimônio no Brasil, marcado pela presença estatal e a busca incessante por uma identidade nacional.

Sant’anna (2017) ressalta que nesse primeiro momento a categoria de patrimônio nacional era dada a partir da ideia de monumento artístico, ou seja, a partir da sua estética, que não deveria ser alterada. Defendia-se a ideia da proteção de monumentos destacados do seu entorno sendo poucos os conjuntos arquitetônicos considerados nesse período. Todas as

ações realizadas sobre os bens culturais deveriam ser apenas para reforçar suas características pré-existentes. Esses ideais estão vinculados aos intelectuais modernistas que fundaram o SPHAN e realizavam essa busca pela identidade nacional. Com a premissa da imutabilidade se deu a ideia de “cidade-patrimônio” (SANT’ANNA, 2017; MOTTA, 2000).

O período denominado “cidade-patrimônio” se deu quase de forma simultânea às principais produções de Giovannoni, incluindo a publicação de "Velha Cidade e Nova Construção Urbana", a sua aproximação com a ditadura. Dessa forma, entende-se que nesse período no Brasil ainda não eram claros os impactos da contribuição de Giovannoni. Algumas suposições podem ser traçadas relacionando à ideia de imutabilidade do bem e da busca por uma identidade nacional para além do centenário da independência ou dos reflexos tardios da Revolução Francesa. Esse primeiro período foi marcado no mundo por regimes autoritários que reforçavam a ideia de identidade nacional; assim, a busca por uma identidade brasileira se tornava importante não apenas como sombra de um regime autoritário mas também como forma do país se posicionar e se desvencilhar das amarras coloniais. Para mais, as escolhas sobre a conservação integral dos bens se relacionam mais às contribuições de John Ruskin já importadas e incorporadas no cenário nacional nesse período.

No fim do primeiro momento, já diante de uma industrialização avançada a partir dos anos 1950, deparou-se com a necessidade de proteger mais do que apenas um edifício. Com isso, o já IPHAN (Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional), iniciou processos de seleção de núcleos de proteção que englobava conjuntos de edifícios, mantendo os critérios estéticos traçados pelos intelectuais modernistas. Esses conjuntos geralmente estavam localizados em áreas centrais e posteriormente ficaram conhecidos como “centros históricos”. Diferente da postura de Giovannoni de considerar as formas de conectar a fruição estética do centro antigo com as novas demandas das cidades pós-industriais, os debates acerca do patrimônio urbano brasileiro se limitaram inicialmente à conservação integral, o que desencadeou em áreas desvalorizadas e abandonadas. O italiano dotava os centros antigos com valores “de uso” e “museal” (CHOAY, 2001), reconhecendo a cidade histórica como um monumento, ultrapassando a preocupação exclusivamente estética.

No início da década de 1970 começa o segundo período da trajetória da preservação do patrimônio urbano no Brasil. Esse período foi marcado pela descentralização da gestão do patrimônio. Com isso, as ações foram voltadas para o turismo como forma de destacar e

captar recursos para a preservação do patrimônio urbano. Ainda assim, as ações conservativas permaneceram reafirmando as escolhas estéticas feitas na primeira metade do século XX, ainda mais porque a obra de Cesare Brandi – a qual privilegiava sobretudo a questão estética – já se encontrava em pleno vigor. Essa década, que corresponde ao segundo momento, se dá de forma simultânea ao período de “silenciamento” da produção de Giovannoni, e por isso, ainda não se notam as influências claras de suas premissas, permanecendo, com isso, alguns ideais já ultrapassados no debate europeu.

O terceiro momento, marcado pela ideia de “cidade-documento” acontece a partir de década de 1980. A ideia de “cidade-documento” surge devido à grande profusão de discursos valorizadores da História que marca esse período. Nesses discursos, o patrimônio edificado começa a ser visto não apenas a partir da sua estética, e passa a ser visto como documento de processos históricos, econômicos e sociais. Com essa indicação, áreas de preservação foram ampliadas e as regras de conservação foram revistas. Agora, a conservação integral era contestada e prezava-se por uma intervenção que respeitasse a trajetória do monumento até o presente. É na década de 1970 que se dá a maior tangência entre a produção de Giovannoni e a trajetória do patrimônio urbano no Brasil.

Esse período também se dá entre as duas publicações de Françoise Choay, e até a década de 1970 o nome de Giovannoni ainda não era mencionado. Ainda assim, é possível vislumbrar a porção da ideia de “cidade-documento” que afasta a seleção dos bens a partir apenas da estética e busca uma maior compreensão da sua inserção no tempo se aproximando da parte do restauro filológico que influenciou a produção de Giovannoni. Como semelhança se inclui a revisão das ações de conservação para além da conservação integral voltando-se o olhar para os usos contemporâneos passíveis a cada edificação. Essa ideia também era abraçada por Giovannoni entendendo que os monumentos deveriam compor a dinâmica entre a cidade antiga e a cidade nova. Giovannoni defendia essa ideia a partir da gestão e projetos pensados a partir dos então novos meios de comunicação e transporte, favorecendo o fácil deslocamento das pessoas que poderiam morar na cidade nova e circular facilmente pela cidade antiga. Talvez essa porção tão importante e visionária para essa reflexão tenha sido freada no Brasil ainda na esfera turística. Os centros antigos no Brasil ainda são mantidos, na maioria das vezes, dentro de domos de preservação desconectados da comunidade do entorno, congelados no tempo servindo majoritariamente a fins turísticos. Esses fins são fonte de recursos para a manutenção e preservação do patrimônio mas ainda não são articulados por completo com o resto da cidade.

## 6. Considerações Finais

Posterior aos autores e abordagens propostas aqui, foram construídos outros materiais focados na proteção do patrimônio urbano, incluindo as cartas patrimoniais, como a Norma de Quito, de 1967 ou a Carta de Washington, de 1987. Porém, é destacável ver que, diante das correntes postas entre o final do século XIX e início do século XX, Giovannoni escrevia suas reflexões sobre o patrimônio urbano e o planejamento das cidades, que mais do que os culturalistas ou progressistas, se assemelham muito mais às cidades contemporâneas. Estas, que não são um reflexo puro da nostalgia e da conservação extrema, mas também ainda não perderam toda sua identidade e caráter históricos em meio às profundas transformações urbanas da contemporaneidade. A sua abordagem intermediária que somava a preocupação estética com a necessidade de pensar os novos usos e condições de trabalho, acabou por se assemelhar mais com a realidade vivida no período pós-guerra, se estendendo em algumas características ao meio urbano contemporâneo. Infelizmente sua obra ficou esquecida durante o período que poderia ter frutificado, a partir do pós-guerra, mas ainda assim hoje é necessário revisitá-la não apenas com uma visão retrospectiva, mas buscando colher frutos que podem ajudar a pautar as intervenções contemporâneas em centros históricos.

No Brasil vislumbra-se algumas confluências de Giovannoni na trajetória do patrimônio urbano, especialmente nos conceitos de “cidade-patrimônio” e “cidade-documento”. Se alinharmos o período de resgate das obras de Giovannoni e da realização das políticas de preservação no Brasil no estabelecimento de novos usos e do respeito às influências culturais e históricas dos edifícios seria possível uma contribuição bem mais frutífera. As ideias de Giovannoni em relação ao uso dos meios de comunicação e transporte tem características contemporâneas que poderiam ser abordadas no desenvolvimento de novas políticas de preservação do patrimônio urbano ampliando seu acesso e sua integração com a cidade periférica.

## 7. Referências Bibliográficas

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades - uma antologia**, São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

KÜHL, Beatriz Mugayar (orgs.). **Gustavo Giovannoni** : Textos escolhidos, São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

MOTTA, Lia. **Patrimônio Urbano e Memória Social**: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural - 1975 a 1990. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). UNIRIO, Rio de Janeiro, 2000, 168f.

SANT'ANNA, M. **A cidade-atração**: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990, EDUFBA-PPG-AU - FAUFBA, Salvador, 2017, 503 p.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e da FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais).*